

Nomes contra a discriminação

Brasil Afirmativo promove abaixo-assinado para defender cotas e estatuto pela igualdade racial

O Movimento Brasil Afirmativo começou a circular nesta semana em São Paulo abaixo-assinado que pretende recolher 500 mil assinaturas contra a discriminação racial. O documento faz parte da mobilização para a Parada Negra, atividade que ativistas e militantes preparam para o 20 de novembro deste ano, no dia nacional da Consciência Negra, e que está prevista para ocorrer na avenida Paulista.

A idéia do movimento é levar o abaixo-assinado para escolas, sindicatos, associações de bairro, igrejas, terreiros etc.

Também se pretende promover pontos de coleta de assinatura nas ruas de São Paulo.

Popularizar

Os idealizadores querem popularizar temas como as ações afirmativas e as cotas raciais, que, avaliam, não são tratados no dia-a-dia da população. O abaixo-assinado deverá ser o principal instrumento de mobilização para a Parada Negra.

Qual o assunto do próximo chá?

Quem foi gostou e quer mais. Por isso, a Comissão da Mulher começa a preparar o segundo encontro das metalúrgicas.

Realizado no sábado passado, na Regional Diadema, o primeiro encontro reuniu cerca de 100 companheiras que se debruçaram sobre dois assuntos principais: creches e a lei Maria da Penha (leia matéria na página 3). Depois, elas saborearam um chá da tarde.

"Ficou a sugestão das trabalhadoras para que promovamos novos encontros, sempre abordando um tema principal", disse Maria Gilza Macedo, da Comissão das

Mulheres Metalúrgicas.

A maneira descontraída como o encontro foi realizado, segundo a Comissão, foi um dos atrativos e o que garantiu a boa presença.

"Tivemos música, períodos de sensibilização, oportunidade de fazer novas amizades, música e, por fim, o chá. O que ajudou bastante a participação foi o espaço que criamos para cuidar dos filhos das trabalhadoras", lembrou Gilza.

Mesmo sem data definida, a Comissão quer agora a contribuição das metalúrgicas para definir o tema do próximo encontro. As companheiras poderão apresen-

Assassinato de moradores de rua continua impune

Os dois anos do massacre de 14 moradores de rua da Capital, no qual sete morreram, serão lembrados hoje durante manifestação na Praça da Sé, ao meio-dia. Os crimes continuam impunes.

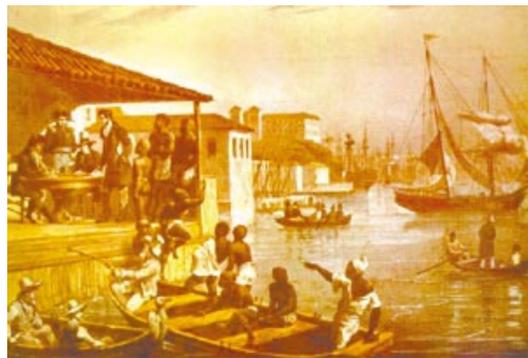
"Pedimos justiça e direitos iguais para todos, sem qualquer distinção, como a Jus-

tiça do nosso país deveria ser", disse o padre Júlio Lancellotti, um dos organizadores do movimento.

"Nossa esperança é que, agora, dois anos depois, finalmente esse caso seja olhado com dignidade para que o povo da rua tenha, enfim, seus direitos reconhecidos", finaliza o padre.

Escavidão

Nos porões da história



Tráfico negreiro trouxe quatro milhões de africanos ao Brasil

Pouca gente sabe, mas o 23 de agosto marca o Dia Internacional da Memória do Tráfico Negreiro e de sua Abolição. A data foi decretada pela Unesco em 1999, e escolhida por marcar a revolta de São Domingo, em 1791. Esta insurreição ocorreu na ilha de São Domingo (hoje Haiti e República Dominicana) e abalou o sistema escravocrata.

Com ela, originou-se o processo da abolição do tráfico negreiro transatlântico.

No Brasil, o tráfico negreiro trouxe principalmente representantes de dois grandes grupos étnicos: os sudaneses, originários da Nigéria, Daomé e Costa do Marfim, e os bantos, capturados no Congo, Angola e

Moçambique. Estes foram levados, em sua maioria, para Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os sudaneses ficaram na Bahia.

Calcula-se que entre 1550 e 1855 entraram nos portos brasileiros cerca de quatro milhões de africanos, em especial jovens do sexo

masculino.

Ao decretar a data, a Unesco propõe não apenas ampliar esse conhecimento como uma reflexão sobre esta que está entre as mais vergonhosas páginas da história universal, mas convocar a luta contra a discriminação racial.

Genoino lança suas memórias

Entre o sonho e o poder é o título do livro que José Genoino lança na próxima segunda-feira, dia 21, às 18h30, na Livraria Cultura. O endereço é Avenida Paulista, 2073, loja 151. Fone: 3170-4033.

A obra analisa e conta a história da esquerda brasileira nos últimos 40 anos pelas memórias de Genoino. Ele relembra sua participação na Guerrilha do Araguaia, a prisão, a atuação na Câmara dos Deputados e na vitória de Lula. Recorda também a crise no PT e se expõe ao julgamento de sua geração. O livro tem 200 páginas e custa R\$ 29,90.



Publicidade

Sábado é o Último Dia de Matrícula (Inglês)

Só até sábado 26/08 estarão abertas as inscrições para o curso de Inglês no Sindicato. Existem vários dias e horários de aula. Inclusive aos sábados. A mensalidade é de R\$ 29,00 e o material didático é dividido em três parcelas de R\$ 31,00. O curso tem Ênfase em conversação voltado para o mercado de trabalho. Parceria com SBS e Macmillan. As aulas são realizadas nas Regionais Santo André e Diadema ou na própria escola em São Bernardo. Faça sua matrícula na Av. Indico, 535 SBC ou na Regional Santo André (R. Senador Flaquer, 813) das 09h00 as 19h00. Sábado haverá Plantão das 08h30 as 16h30. Informações: 3439-3563 ou 4427-4802. Vagas limitadas.

Publicidade

SUPLETIVO ACELERADO

1º ou 2º GRAU EM 30, 60 ou 90 DIAS

TURMAS: Manhã, Tarde, Noite - Revesamento e também aos SÁBADOS

OFERECEMOS CURSOS:

PRÉ VESTIBULAR CONCURSO PÚBLICO ESCOLAS TÉCNICAS E MILITARES

ETE - SENAI - EXERCÍTO - MARINHA - AERONÁUTICA

Descontos Especiais para Metalúrgicos

CURSOS A PARTIR DE 49,00 MENSAIS

CURSOS OPOSITIVO

Diadema 4051-1022

Mauá 4543-0552

CURSOS PROJEÇÃO

S.B.C. 4121-1144

S.A. 4979-4669

Suplemento especial da Tribuna Metalúrgica

Edição nº 11 - Segunda quinzena de agosto - 2006

Tribuna Cidadania



LUGAR DE AGRESSOR É A CADEIA



Informar às mulheres os seus direitos é uma prioridade do Sindicato, que oferece curso de Promotoras Legais à comunidade

A Lei Maria da Penha passa a punir com rigor os crimes de violência contra as mulheres. Antes, as penas se limitavam a doação de cestas-básicas ou multas. Agora, o agressor pode ser condenado a até três anos de prisão. *Página 3*

Campanha no Grupo 9

Assembléia rejeita proposta

Por unanimidade, os trabalhadores nas empresas do grupo 9 rejeitaram ontem proposta de acordo feita pelos patrões e decidiram iniciar movimento de pressão pela retomada das negociações.

"Eles não atenderam as nossas principais reivindicações em relação ao percentual de reajuste e à redução das faixas dos pisos salariais", disse o diretor do Sindicato José Paulo Nogueira.

O dirigente comentou que os protestos vão começar na próxima semana, pois

os trabalhadores têm pressa. "Este é o mês da data-base e o adiantamento deve ser calculado em cima do novo salário", comentou.

Para Zé Paulo, não existe explicação para a resistência dos patrões em fazer um acordo para atender o que a categoria reivindica.

"No governo FHC os patrões argumentavam que a recessão impedia o atendimento das nossas reivindicações. Mas agora não, as fábricas do setor estão com produção alta e eles não têm mais argumen-

tos", completou.

Zé Paulo disse que os trabalhadores dessas empresas devem estar preparados para atender chamamento do Sindicato a qualquer momento a partir da próxima semana, pois a campanha já está definida nos outros grupos, com exceção do grupo 10, que continua calado.

"Vamos centrar fogo nas empresas do grupo 9. Se os patrões só entendem a linguagem do lucro, vamos parar a produção para avançarmos nas conquistas", concluiu Zé Paulo.

Trabalhadores com deficiência preparam encontro nacional

Debate dia 30 aborda desafios para ampliar e garantir direitos dos trabalhadores com deficiência

As secretarias de Políticas Sociais e Geral da CUT marcaram para o próximo dia 30 reunião do Coletivo dos Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência. A proposta é debater, entre outros temas, a organização de um encontro nacional do segmento.

Além disso, explica Flávio Henrique de Souza, da Comissão de Fábrica na Kostal e representante da CUT no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), serão abordados os muitos desafios que envolvem a questão, seja no âmbito das empresas ou no próprio movimento sindical.

“Cada vez mais a questão deve estar inserida nas negociações e acordos coletivos, o que exige informação e preparo dos trabalhadores, empresas e sindicalistas”, aponta Flávio.

Para o diretor da Associação dos Funcionários do Banespa (Afubesp) e membro do Coletivo de Trabalhadores com Deficiência, Isaías Dias, uma das grandes dificuldades na negociação com os patrões é garantir o cumprimento de cotas.

Ele avalia, ainda, que por

esse ser um tema relativamente novo nas negociações salariais, dirigentes sindicais mu-

tas vezes não possuem o acúmulo teórico necessário. “A CUT e os sindicatos precisam

aprofundar a formação dos dirigentes na questão das pessoas com deficiência”, aponta.

Garantias são poucas, revela o Dieese

Levantamento do Dieese mostra que são poucas as garantias para as pessoas com deficiência nos acordos e convenções coletivas de trabalho nos anos de 2004 e 2005. De 204 categorias analisadas, só 72 dispõem de pontos sobre a questão, sendo que 20 asseguram mais de uma cláusula relativa aos deficientes no mesmo contrato.

A indústria é o setor que apresenta maior percentual de negociações sobre o tema: quase a metade delas (43%) assegura direitos.

No setor de serviços, aproximadamente 33% do total das negociações pesquisadas convencionam cláusulas desse tipo.

No comércio, três das 19 negociações observadas

incluem garantias a deficientes, enquanto no setor rural apenas uma entre nove unidades possui alguma cláusula nesse sentido.

A pesquisa identificou, ainda, que o principal objeto da negociação coletiva sobre trabalhadores com deficiência é sua contratação, porém a maior parte limita-se a reproduzir as normas legais em vigor.

Comissões fazem seminário de comunicação inclusiva

As comissões temáticas (mulher, combate ao racismo, jovens e pessoas com deficiência) dos metalúrgicos do ABC realizarão seminário para avaliar e debater a continuidade da parceria de sete meses entre o Sindicato e o Solidarity Center da AFL-CIO (central sindical norte-americana) para a produção desta Tribuna Cidadania. O evento será realizado na próxima sexta-feira, dia 25, na Sede do Sindicato, às 14h30. Todos estão convidados.

A Tribuna Cidadania é



Tribuna Cidadania em braille é pioneira uma iniciativa pioneira de comunicação inclusiva no movimento sindical nacional e

internacional, especialmente porque traz uma versão em braille e outra em letras tipo grande (ampliada) para pessoas com deficiência visual (cegos ou com baixa visão).

Para o secretário-geral do Sindicato, Rafael Marques, juntar num único período assuntos sobre as temáticas das mulheres (gênero), raça, juventude e pessoas com deficiência mostrou um sucesso pela sua abrangência e singularidade, porque extrapola as fronteiras da ação sindical direta.

Alerta: AACD denuncia golpe

Ser solidário é uma das melhores possibilidades oferecidas ao ser humano, mas é preciso estar alerta com os aproveitadores. A Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) denunciou nesta semana que seu nome está sendo utilizado por pessoas mal intencionadas que pedem dinheiro por telefone. A entidade esclarece que não utiliza telemarketing para arrecadar recursos. Quem receber ligações em nome da AACD, portanto, deve desconsiderar e não fornecer qualquer dado pessoal. A entidade esclarece que para conseguir atender gratuitamente a seus pacientes realiza campanhas de arrecadação de donativos. Quem desejar contribuir ou conhecer o trabalho da AACD deve acessar o portal na internet www.aacd.org.br ou entrar em contato pelo telefone (11) 5576-0777.

Agenda

Arteb - Reunião com todos os trabalhadores na Regional Diadema, domingo, às 9h, para discutir restituição do imposto de renda, jornada de trabalho e vale-compra.

Faça um curso de Formação de Base

O curso de Formação de Base será realizado no Centro de Formação Celso Daniel, dias 2 e 3 de setembro. As inscrições vão até o dia 25 de agosto, no Departamento de Formação, com Lalá, telefone 4128-4206.

Tribuna Cidadania

Redação: Rua João Basso, 231 - Centro - São Bernardo - CEP: 09721-100 - Fone: 4128-4200
- Fax: 4127-3244 - www.smbc.org.br - impressao@smbc.org.br
Diadema: Av. Encarnação, 290 Piraporinha. Telefone 4066-8488 - CEP 09960-010 -
Regional Santo André: Rua Senador Figueira, 813 - Centro. Telefone 4890-3052 - CEP 09010-160 - Diretor Responsável: Sérgio Nobre -
Repórteres - Carlos Alberto Ballesta, Gonzaga do Monte, Maria Angélica Ferrasoli (colaboradora) e Silveira Berengani - Repórter Fotográfica: Raquel Camargo - Arte e Editoração Eletrônica: Eric Gaieta CTP e Impressão: Simetal ABC - Gráfica e Editora - Fone: 4341-5810
Os anúncios publicados na Tribuna Cidadania são de responsabilidade das próprias empresas.

Cadeia para os agressores

Nova lei determina prisão de homens que agredem suas companheiras

Homens que agredem suas mulheres não vão mais se livrar da cadeia com pagamento de multas, cestas básicas ou outras punições leves. Lei sancionada no início de agosto pelo presidente Lula determina que os agressores poderão ser presos em flagrante e ficarão na cadeia entre três meses a três anos (hoje, o máximo é um ano), entre outras medidas. Em discurso, Lula afirmou que a mudança tira a violência doméstica das instâncias que julgavam o problema como “sim-

ples bate-boca de vizinhos”. A lei foi comemorada por entidades de defesa dos direitos das mulheres, que esperam sua aplicação de fato. Ela foi batizada de lei Maria da Penha em homenagem à professora Maria da Penha Maia, vítima de violência doméstica. Ela ficou paraplégica aos 38 anos, depois de seu marido, Marco Antonio Herredia, ter tentado assassiná-la por duas vezes. Ele cumpre pena em regime aberto após dois anos de cadeia.

O que muda:

- O tempo de prisão aos agressores aumenta de um para três anos.
- Maridos podem ser presos em flagrante ou ter prisão preventiva decretada caso representem risco físico ou psicológico às vítimas.
- O homem perde o direito de ver os filhos e entrar na casa.
- Não é mais possível se livrar da prisão pelo pagamento de multa ou cesta básica.
- Quando a agressão for contra uma mulher portadora de deficiência a pena é aumentada em um terço.
- A lei também prevê medidas de proteção para mulheres que correm risco de vida.

Para ir à luta com sabedoria

O Sindicato oferece pela segunda vez o curso de Promotoras Legais Populares. Iniciado em março, destina-se a informar e formar mulheres sobre seus direitos como cidadãs.

Para tanto, além das aulas teóricas, estimula a troca de experiências e a atuação das alunas.

Foi participando desse curso que a dona de casa Sueli Aparecida Garcia de Freitas (foto) descobriu que podia ajudar a mudar a vida de muitas mulheres. “Vi uma faixa do curso e achei o nome forte; promotoras... E ali descobri que não adianta haver consciência se não há mili-

tância política”, conta Sueli, que hoje faz aulas de formação política e planeja voltar à escola formal e prestar vestibular. “Quero algo que me permita trabalhar cada vez mais ao lado das mulheres”, planeja.

Ex-metalúrgica na Rolls Royce, Sueli, 46 anos, dedicava-se apenas à rotina doméstica. Hoje, visita fóruns para repassar a outras mulheres o que aprendeu sobre seus direitos. “Com o curso nos tornamos multiplicadoras desse conhecimento. Não somos advogadas, mas podemos orientar, mostrar quais são, como e onde devem ser buscados estes direitos”, explica.



Mulheres no curso de Promotoras Legais oferecido pelo Sindicato

O resgate da identidade

A Casa Beth Lobo, em Diadema, está entre as que recebem mulheres vítimas da violência, oferecendo-lhes orientação e apoio psicológico.

Por ela passou duas vezes Rosânia de Oliveira Marques, 38 anos, mãe de três filhos. “A primeira vez em que sofri agressão estava noi-

va. Me casei, porque estava grávida, e a violência continuou. Em 1995 me separei; depois, voltei a morar com ele... A separação definitiva só veio em 2003”, conta.

Durante quase 15 anos Rosânia conheceu a dura rotina de ir à delegacia prestar queixa, fazer exame de corpo de delito e ser até mesmo r-

dicularizada onde deveria obter ajuda. Autovalorização “A segunda violência é essa, a da própria Justiça. Tomara que com essa nova lei isso possa mudar”, aponta. Para ela, o mais importante para as mulheres vitimadas pela violência é a auto-

valorização. “Eu mesmo acabei voltando a morar com meu marido porque não tinha estrutura para me sustentar. Não era só estrutura financeira, era emocional, uma conscientização do que acontecia e do quanto era necessário reconstruir minha auto-estima, minha identidade”, atesta.

Lei inovou

A avaliação é de Maria de Lourdes Ventura de Oliveira, da Casa Beth Lobo

Quais são as principais dificuldades vividas por uma mulher que sofre agressões?

As maiores dificuldades são sair dos fatores de risco de rompimento da relação (ameaça contra a vida), vergonha de denunciar a situação, esperança de mudar o comportamento do companheiro e também fatores de dependência econômica.

Existe um perfil do homem agressor e da mulher agredida?

A violência contra a mulher acontece independentemente da religião, raça/etnia, escolaridade ou classe social. Percebemos que é comum, em pelo menos uma das pessoas (homem ou mulher), ter vivenciado na infância situações de violência contra si ou contra alguém de seu convívio familiar íntimo.

Qual sua avaliação da lei Maria da Penha?

A lei Maria da Penha é inovadora no combate à violência doméstica e é fruto da luta dos movimentos das mulheres. Esta lei mudará o quadro de violência, porque garante e valida o direito à vida desta mulher, pois tem um caráter preventivo, de orientação, estabelece ações de assistência e também de medidas punitivas do agressor.

Ela poderá de fato mudar o quadro da violência doméstica no país?

A violência contra a mulher deixa de ser tratada como crime menor para ser considerada crime. Como toda lei, é necessário que o conjunto de suas ações seja implantado, como o juizado especial para julgamento dos crimes de violência doméstica e família e outras ações facilitadoras do acesso dessa mulher ao seu direito. Por fim, é de fundamental importância que os movimentos, a sociedade civil e o poder público acompanhem esse processo.

Cheiro da Terra no baile da AMA-ABC

Sábado tem mais um tradicional baile da Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC (AMA-ABC), a partir das 18h30, na Sede do Sindicato. Reservas de mesas podem ser feitas até sexta-feira pelo telefone 4127-2588.

A animação fica por conta da banda Cheiro da Terra.

Comissão apresenta mundo do trabalho a jovens

O que é trabalhar numa fábrica? E o que é para que serve um sindicato? Para você, estas podem ser questões simples, mas para quem se prepara para entrar no mercado de trabalho, não.

Estes foram temas debatidos pela Comissão da Juventude Metalúrgica em oficinas com jovens que frequentam os vários programas oficiais de inserção no mercado de trabalho, como o Primeiro Emprego.

“A garotada não sabe o que é um sindicato e qual seu



Rogério, da Comissão de Jovens

papel na sociedade”, disse Rogério Fernandes, do CSE na Rolls Royce e membro da Comissão. “Muitos não fazem nem idéia de como é

uma linha de montagem ou processo de produção”, conta outro membro da Comissão, Aroado Oliveira, o Padre Marcelo, do CSE na Mercedes.

Promovido pela Escola Aberta, o encontro realizado no último sábado, em São Paulo, reuniu jovens dirigentes de vários sindicatos que apresentaram as diferentes realidades da classe trabalhadora. O objetivo foi levar aos participantes uma melhor compreensão dos problemas atuais do mundo do trabalho.



Não se cale diante da violência contra a mulher.

Ligue 180